

Demonstrações Financeiras

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

31 de dezembro de 2018
com relatório do auditor independente

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração dos resultados.....	8
Demonstração dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



Building a better
working world

Edifício Walk Bueno Business
Rua T-55, esq. T-30, 930 -
11º andar - salas 1110 a 1115 - Setor Bueno
74125-170 - Goiânia - GO - Brasil
Tel: +55 62 3605-1100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Algar Tecnologia e Consultoria S.A.
Uberlândia - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Algar Tecnologia e Consultoria S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Algar Tecnologia e Consultoria S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

A receita da Companhia decorre da prestação de serviços de gestão de relacionamento com cliente e ambiente de tecnologia, conforme descrito nas notas explicativas 3.f.i) e 18. Esse assunto foi significativo para a nossa auditoria, dada a complexidade no processamento e registro das transações e à dependência dos sistemas de tecnologia e de seus respectivos controles internos envolvidos no reconhecimento da receita da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Em resposta a essa área de foco, nossa abordagem de auditoria baseou-se na avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Administração, além de procedimentos substantivos, incluindo: (i) teste do ambiente da tecnologia da informação com auxílio de nossos especialistas, onde estão inseridos os sistemas de faturamento, incluindo controles de gerenciamento de mudanças e acesso relacionados aos sistemas envolvidos nos processos de reconhecimento de receitas; (ii) testes de transações nos sistemas suportes até seu registro contábil, em uma base de amostragem; (iii) testes sobre a acuracidade do processo de medição e aprovação dos serviços prestados aos clientes e conseqüente faturamento, em uma base de amostragem; (iv) teste de recebimentos subseqüentes de faturas, em uma base de amostragem; (v) teste sobre as receitas não faturadas analisando o processo de estimativa da Administração; (vi) testes documentais em transações para uma amostra de lançamentos contábeis registrados na rubrica de receita levando em consideração relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; e (vii) avaliação se as divulgações incluídas nas notas explicativas estão apropriadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita da Companhia, para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevante existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 27 de junho de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-T

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.029	11.199
Contas a receber	5	45.812	46.655
Tributos a recuperar	6	16.687	18.229
Despesas antecipadas		2.319	2.163
Títulos a receber	17b	147	18.045
Outros créditos		2.149	1.520
Total do ativo circulante		115.143	97.811
Não circulante			
Títulos a receber	17b	518	1.288
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7b	-	3.508
Depósitos judiciais	15c	14.031	12.592
Outros créditos		1.671	1.513
		16.220	18.901
Imobilizado	8	141.407	132.879
Intangível	9	31.774	31.082
Total do ativo não circulante		189.401	182.862
Total do ativo		304.544	280.673

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	5.393	5.259
Debêntures	11	12.196	12.443
Fornecedores	13	21.837	21.881
Impostos, taxas e contribuições	12	5.096	5.746
Salários, provisões e encargos sociais	14	35.557	41.369
Dividendos a pagar	16d/17f	8.234	835
Adiantamento de clientes		1.149	1.129
Títulos a pagar	17c	2.066	2.581
Receitas antecipadas		3.138	3.656
Outras obrigações		604	580
Total do passivo circulante		95.270	95.479
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	2.690	7.812
Debêntures	11	45.704	57.136
Salários, provisões e encargos sociais	14	577	1.334
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7b	5.454	-
Provisões para demandas judiciais	15	2.419	18.144
Receitas antecipadas		1.175	-
Títulos a pagar	17e	-	16.411
Outras obrigações		865	1.072
Total do passivo não circulante		58.884	101.909
Patrimônio líquido			
Capital social	16	66.225	31.225
Reserva de capital		825	825
Reserva legal		3.259	1.526
Reserva de retenção de lucros		18.603	-
Ajuste de avaliação patrimonial		14.184	14.709
Dividendos adicionais propostos		3.294	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		44.000	35.000
Total do patrimônio líquido		150.390	83.285
Total do passivo e do patrimônio líquido		304.544	280.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	18	426.329	416.928
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	19	(336.302)	(353.597)
Resultado bruto		90.027	63.331
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas com vendas	20	(27.016)	(23.614)
Despesas gerais e administrativas	21	(24.065)	(29.478)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	10.886	(26.899)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		49.832	(16.660)
Receitas financeiras	23	8.270	2.670
Despesas financeiras	23	(9.408)	(14.254)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		48.694	(28.244)
Imposto de renda	7c	(10.265)	6.753
Contribuição social	7c	(3.760)	2.431
Resultado líquido do exercício		34.669	(19.060)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado líquido do exercício	34.669	(19.060)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>34.669</u>	<u>(19.060)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Ajuste avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal						
Saldos em 31 de dezembro de 2016	31.225	825	13.356	6.705	-	15.233	(101)	-	-	67.243
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	35.000	35.000
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(19.060)	-	(19.060)
Realização de ajuste de custo atribuído	-	-	-	-	-	(525)	-	525	-	-
Absorção de prejuízo	-	-	-	(5.179)	-	-	-	5.179	-	-
Baixa de ajuste conversão	-	-	-	-	-	-	101	-	-	101
Retenção de lucros	-	-	(13.357)	-	-	-	-	13.357	-	-
Outras mutações	-	-	1	-	-	1	-	(1)	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2017	31.225	825	-	1.526	-	14.709	-	-	35.000	83.285
Aumento de capital com AFAC	35.000	-	-	-	-	-	-	-	(35.000)	-
Ajuste investimento equivalência controlada	-	-	(39)	-	-	-	-	-	-	(39)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	44.000	44.000
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	34.669	-	34.669
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.733	-	-	-	(1.733)	-	-
Realização de ajuste de custo atribuído	-	-	-	-	-	(525)	-	525	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(8.234)	-	(8.234)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	3.294	-	-	(3.294)	-	-
Efeito da adoção inicial CPC 47 (IFRS 15)	-	-	-	-	-	-	-	(3.336)	-	(3.336)
Retenção de lucros	-	-	18.642	-	-	-	-	(18.642)	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	45	-	45
Saldos em 31 de dezembro de 2018	66.225	825	18.603	3.259	3.294	14.184	-	-	44.000	150.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do Imposto de renda e contribuição social	48.694	(28.244)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	18.560	17.107
Ganho/Perda na venda de ativos	23	106
Encargos financeiros, líquidos	1.138	11.584
(Reversão) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.341)	4.109
Constituição (reversão) de provisões, líquidas	(10.744)	26.947
	54.330	31.609
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber	4.184	(1.123)
(Aumento) redução de títulos a receber	2.257	(8.270)
Redução em tributos a recuperar	1.542	4.100
(Aumento) em depósitos judiciais	(676)	(8.243)
(Aumento) redução em outros ativos	(2.519)	3.931
(Redução) em fornecedores	(521)	(11.706)
Aumento (redução) em salários, provisões e encargos	(6.568)	571
(Redução) em obrigações fiscais	(650)	(237)
(Redução) em outros passivos circulantes e não circulantes	(2.817)	(2.634)
Pagamentos de provisões	(3.252)	(5.200)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.717)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	43.593	2.798
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição ativo imobilizado e intangível	(28.497)	(9.241)
Recebimento de dividendos	-	8.147
Pagamento/recebimento mutuo ativo	-	6.694
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) nas atividades de investimento	(28.497)	5.600
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento principal de empréstimos e debêntures	(14.057)	(34.201)
Pagamento de juros/variação monetária de empréstimos e debêntures	(6.509)	(12.213)
Adiantamento para futuro aumento de capital	44.000	35.000
Pagamento de dividendos	(835)	-
Pagamento de mutuo passivo	-	(3.627)
Outros encargos financeiros pagos (IOF e outros)	(865)	(577)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) nas atividades de financiamento	21.734	(15.618)
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	36.830	(7.220)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.199	18.419
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	48.029	11.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018
(Em milhares de reais)

Transações que não afetaram caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as principais transações de investimento que não representaram movimentações de caixa e equivalentes de caixa são apresentadas como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aquisição de imobilizado e intangível	<u>9.859</u>	<u>10.336</u>
	<u>9.859</u>	<u>10.336</u>

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Algar Tecnologia e Consultoria S.A., (“Companhia” ou “Algar Tecnologia”), com sede em Uberlândia/MG, compõe a Algar Tech, empresa do grupo brasileiro Algar, é uma sociedade por ações, de capital fechado e suas atividades compreendem soluções em tecnologia para processos de negócio, por meio de Infraestrutura de TI, serviços gerenciados, e relacionamento com cliente.

Em TI a Companhia possui um portfólio de serviços gerenciados, composto por *service desk*, serviços profissionais, monitoramento e segurança de ambientes de tecnologia.

Em relacionamento com cliente, atua nos segmentos de televidas, operações de atendimento ao cliente, cobrança, *back-office* de negócios que oferece monitoria e auditoria dos processos de atendimento e monitoramento e planejamento para redes sociais.

A Companhia é controlada pela Algar TI Consultoria S/A (“Algar TI”) uma empresa de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

2. Bases de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e pelos padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 27 de junho de 2019.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Bases de preparação -- Continuação

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam caixa sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 5 - Contas a receber;

Nota explicativa 7 - Imposto de renda e contribuição social;

Nota explicativa 8 - Imobilizado;

Nota explicativa 9 - Intangível;

Nota explicativa 15 - Provisões e depósitos judiciais.

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 5 - Contas a receber;

Nota explicativa 7 - Imposto de renda e contribuição social;

Nota explicativa 8 - Imobilizado;

Nota explicativa 9 - Intangível; e

Nota explicativa 15 - Provisões e depósitos judiciais.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira constante a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Ativos circulantes e não circulantes

i) *Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

ii) *Imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a esse ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela Companhia, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de *sítes* nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do ativo imobilizado tem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controladas separadamente, inclusive para fins de depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada na confrontação do valor de alienação e do valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada desse ativo e são reconhecidos pelo valor líquido dessa diferença diretamente no resultado do exercício.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

ii) Imobilizado--continuação

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor do custo do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada para o ativo, conforme segue:

	Vida útil média em anos	
	31/12/2018	31/12/2017
Edificações e instalações prediais	58	57
Benfeitorias em propriedades de terceiros	23	51
Equipamentos de terminais	11	11
Equipamentos de energia e climatização	17	17
Máquinas e equipamentos	20	11
Móveis e utensílios	14	14
Veículos	5	5
Equipamentos de processamento de dados	5	5

Os valores de recuperação dos ativos imobilizados, através de suas operações futuras, são periodicamente acompanhados com o objetivo de verificar se o valor de recuperação está inferior ao valor líquido contábil. Quando isto ocorre, o valor líquido contábil é ajustado ao valor de recuperação.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

iii) *Intangível*

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à comercialização de produtos e serviços novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente quando os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, o produto ou serviço for viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis e a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de implantação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

As licenças adquiridas de programas de computador (*Software*) e de sistemas de gestão empresarial são mensurados pelo valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação destes sistemas são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

iii) Intangível--continuação

Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível.

As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada dos ativos intangíveis.

	<u>Vida útil média em anos</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Sistemas de informação	6	6

iv) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto de ativos individualizados quanto em nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. A esse procedimento são incluídos os ajustes para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais e expectativas futuras são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

iv) *Redução ao valor recuperável (impairment)*--continuação

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída, a partir de 1º de janeiro de 2018, com a entrada em vigor do CPC 48 (IFRS 9) tendo por base um índice de perda esperada de crédito. A Companhia avaliou que para o exercício de 2018 não seria necessário realizar alterações nos procedimentos de controle já existentes. Anteriormente essa provisão tinha por base o histórico de perdas das controladas que geralmente representavam os créditos vencidos há mais de 90 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Para a finalidade de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes à UGC são alocadas na redução dos ativos desta UGC de forma *pro rata*. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

iv) *Redução ao valor recuperável (impairment)*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se aplicável, são contabilizadas como outras despesas operacionais.

b) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

i) *Provisões*

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, ou se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para contingência é determinada pela Administração, de acordo com a expectativa de perdas com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

b) Passivos circulantes e não circulantes--Continuação

ii) *Benefícios a empregados*

Plano de pensão

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

iii) *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

b) Passivos circulantes e não circulantes--Continuação

iii) *Imposto de renda e contribuição social--continuação*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tem que ser realizado.

A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Companhia pratica a divulgação dos tributos diferidos ativos ou passivos líquidos nas demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

c) Reconhecimento de receitas

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização ou na mensuração de seu valor.

As receitas de venda de serviços da Companhia são reconhecidas conforme descrito na nota 3.f.i).

d) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros sobre investimentos realizados pela Companhia, incluindo aplicações financeiras, ajustes ao valor presente de ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros e alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado.

Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e provisões para contingências, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado e perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros ("*impairment*") que são reconhecidos no resultado do exercício. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

Ganhos ou perdas por variações cambiais são demonstradas líquidas, no resultado do exercício.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

e) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

f) Novas normas e interpretações emitidas

Pronunciamentos novos ou revisados com aplicabilidade pela primeira vez em 2018

IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros

i) Adoção do IFRS 15 / CPC 47 – receita de contrato com cliente

A Companhia procedeu à análise da norma contábil “Receita de contrato com cliente” (IFRS 15/CPC 47), em vigor desde 1º de janeiro de 2018. Os impactos apurados foram refletidos nestas demonstrações financeiras e estão descritos e demonstrados conforme apresentado a seguir.

Em 1º de janeiro de 2018, implementamos o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 15. Para a transição optamos pelo método retrospectivo modificado com base em uma abordagem de portfólio.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

f) Novas normas e interpretações emitidas--Continuação

i) Adoção do IFRS 15 / CPC 47 – receita de contrato com cliente - Continuação

Receita de serviços de relacionamento com o cliente e gestão de ambiente de tecnologia -

As receitas com prestação de serviços são reconhecidas mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados e não faturados dentro do próprio mês, são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço, relacionando-se diretamente a seu desempenho até à data de fechamento mensal. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, somente na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não deva ocorrer.

Para as receitas variáveis com medição mensal dos serviços prestados ao cliente, reconhecemos a receita de serviços pelo valor que a Companhia tem o direito reconhecido de faturar ao cliente, conforme expediente prático.

Passivos do contrato

Os passivos contratuais apresentados no grupo de receitas antecipadas, referem-se as obrigações de transferir bens e serviços aos clientes, em relação aos quais a entidade recebeu contraprestação ou o valor já é devido pelo cliente. Incluímos substancialmente todos os passivos contratuais em nosso balanço patrimonial como um componente de receitas antecipadas.

Componentes do impacto cumulativo

Em 1º de janeiro de 2018, os componentes do impacto cumulativo da implementação do CPC 47 em nosso saldo de lucros acumulados foram uma perda de R\$ 3.336, sendo vinculados às receitas diferidas atuais.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

f) Novas normas e interpretações emitidas--Continuação

i) *Adoção do IFRS 15 / CPC 47 – receita de contrato com cliente - Continuação*

Os ajustes em relação a sistemática anterior sobre o patrimônio líquido e resultado de 2018 são apresentados como segue:

	Ativo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2017	97.811	182.862	280.673
Ajustes IFRS15:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.718	1.718
Saldo em 01/01/2018	97.811	184.580	282.391

	Passivo			
	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total
Saldo em 31/12/2017	95.480	101.910	83.283	280.673
Ajustes IFRS15:				
Realocação de receitas	835	4.219	-	5.054
Ajuste adoção inicial	-	-	(3.336)	(3.336)
Saldo em 01/01/2018	96.315	106.129	79.947	282.391

	31/12/2018 antes dos ajustes	Realocação de receitas	31/12/2018
Receita operacional líquida	425.496	833	426.329
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(336.302)	-	(336.302)
Resultado bruto	89.194	833	90.027
Receitas (despesas) operacionais	(40.195)	-	(40.195)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	48.999	833	49.832
Despesas financeiras, líquidas	(1.138)	-	(1.138)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	47.861	833	48.694
Imposto de renda e contribuição social	(13.742)	(283)	(14.025)
Resultado líquido do exercício	34.119	550	34.669

ii) *Adoção do IFRS 09 / CPC 48 – Instrumentos financeiros*

O CPC 48 – Instrumentos financeiros, correlacionado à norma internacional IFRS 9, traz mudanças na contabilização dos instrumentos financeiros, abrangendo novas regras sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo a redução no valor recuperável, quando aplicável, e complementa os novos princípios de contabilidade de hedge publicados.

Na avaliação da Companhia, a nova norma não trouxe impactos significativos às presentes demonstrações financeiras.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

f) Novas normas e interpretações emitidas--Continuação

ii) Adoção do IFRS 09 / CPC 48 – Instrumentos financeiros--Continuação

A partir de 1º de janeiro de 2018, com a entrada em vigor do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, a apresentação dos instrumentos financeiros passou a ser requerida com algumas modificações em relação à norma vigente até 31 de dezembro de 2017.

Ativos e passivos financeiros

Reconhecimento inicial

A Companhia deve reconhecer um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial apenas quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ao reconhecer, pela primeira vez, um ativo financeiro, a entidade deve classificá-lo, tendo por base as três categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e valor justo por meio do resultado (“VJR”) e mensurá-lo de acordo com os critérios mencionados abaixo.

O reconhecimento do passivo financeiro pela primeira vez requer a sua classificação como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, observadas certas exceções expressas no CPC 48.

A compra ou a venda de forma regular de ativos financeiros deve ser reconhecida e desreconhecida, conforme aplicável, utilizando-se a contabilização na data da negociação ou na data da liquidação.

Desreconhecimento de ativo financeiro

Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, ou quando houver a transferência do ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento.

Desreconhecimento de passivo financeiro

A Companhia deve baixar o passivo financeiro (no todo ou em parte) de seu balanço patrimonial apenas quando ele for extinto, tendo por liquidada, cancelada ou expirada a obrigação especificada no contrato.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

f) Novas normas e interpretações emitidas--Continuação

ii) Adoção do IFRS 09 / CPC 48 – Instrumentos financeiros--Continuação

Classificação de instrumentos financeiros de acordo com a nova Norma

A classificação do ativo financeiro passou a ter por base o modelo de negócio pelo qual esse ativo é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. Quanto aos passivos financeiros, o CPC 48 (IFRS 9) preservou alguns requisitos existentes na norma anterior, que devem ser observados para a sua classificação.

As principais alterações na classificação do valor justo podem ser assim resumidas:

- i) a parcela da alteração no valor justo valor que está relacionada às alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes;
- ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do período.

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Esta condição não se aplica aos itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Classificação de ativos financeiros

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro requer que ele seja mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer as seguintes condições:

- o ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
- os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal não liquidado.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

f) Novas normas e interpretações emitidas--Continuação

ii) Adoção do IFRS 09 / CPC 48 – Instrumentos financeiros

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se atender às duas seguintes condições:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios, sendo o objetivo alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o saldo a pagar do valor principal.

Os demais ativos financeiros são todos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, em caráter irrevogável, um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, o que poderá garantir a consistência contábil perante os resultados produzidos pelo respectivo ativo.

Redução no valor recuperável

Os novos requisitos de redução ao valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Reconhecimento de perda de crédito esperada

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, em recebível de arrendamento, em ativo contratual ou em compromisso de empréstimo e em contrato de garantia financeira aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

A Companhia deve aplicar os requisitos de redução ao valor recuperável para o reconhecimento e mensuração de provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Essa provisão deve ser contabilizada em outros resultados abrangentes, não reduzindo o valor contábil do ativo financeiro no balanço patrimonial.

Na data do balanço deve ser mensurada a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tenha sofrido aumento significativo desde o reconhecimento inicial.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

f) Novas normas e interpretações emitidas--Continuação

ii) Adoção do IFRS 09 / CPC 48 – Instrumentos financeiros

Se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses.

A Companhia deve reconhecer no resultado, como ganho ou perda na redução ao valor recuperável, o valor das perdas de crédito esperadas (ou reversão) requerido para ajustar a provisão para perdas na data de balanço.

g) Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31/12/2018

IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil.

A IFRS 16 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e corresponde ao CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil. A Companhia pretende adotar a norma na sua entrada em vigor.

Essa norma objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

Serão objeto da aplicação dessa norma os diversos arrendamentos, incluindo arrendamentos de ativos de direito de uso em subarrendamento, com algumas exceções. Ao firmar os contratos, as empresas deverão avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários: arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo (até 12 meses).

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (“passivo de arrendamento”) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (“ativo de direito de uso”).

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

g) Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31/12/2018

IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil -- Continuação

Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, por exemplo, nos casos de mudança no prazo do arrendamento e/ou nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em termos gerais, caberá ao arrendatário reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Para o arrendador, a IFRS 16 não traz alteração substancial na forma de contabilização, em relação ao praticado atualmente, de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos com base no mesmo princípio de classificação estabelecido pelo IAS 17, distinguindo os arrendamentos em dois tipos: operacional e financeiro.

O arrendatário pode optar pela adoção da IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada.

A Companhia planeja adotar a norma de acordo com a abordagem retrospectiva modificada, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

Não serão objetos de aplicação da IFRS 16, pela Companhia, os contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento à luz do IAS 17 e do IFRIC 04.

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma sobre os contratos de arrendamentos de curto prazo (até 12 meses) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Na avaliação da Companhia, os impactos estimados, e que podem sofrer alterações quando da efetiva adoção da norma, da aplicação da IFRS 16 sobre as demonstrações financeiras de 2019 são os apresentados a seguir:

	R\$
Ativo	
Ativos de direito de uso	3.968
Total do ativo	3.968
Passivo	
Circulante	1.777
Não circulante	2.191
Total do passivo	3.968

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	5.814	5.636
Aplicações de liquidez imediata	42.215	5.563
	48.029	11.199

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros requer uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros, os quais estão divulgados na nota explicativa 24.

Além das aplicações de liquidez imediata, descritas acima, a Companhia possui aplicações financeiras de longo prazo dadas em garantia que estão classificadas na rubrica "outros créditos", conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações de longo prazo	1.650	1.292
Aplicações de liquidez imediata	42.215	5.563
Total de aplicações financeiras.	43.865	6.855

5. Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Valores faturados	28.482	33.043
Valores não faturados	18.939	18.562
	47.421	51.605
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.609)	(4.950)
	45.812	46.655

A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução ao valor recuperável, relacionadas a contas a receber de clientes estão divulgadas na nota explicativa 24.

a) A composição por idade dos valores faturados é apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	21.385	22.905
Vencidos até 30 dias	5.435	4.622
Vencidos entre 31 e 60 dias	27	584
Vencidos entre 61 e 90 dias	15	32
Vencidos entre 91 e 120 dias	1	32
Vencidos há mais de 120 dias	1.619	4.868
	28.482	33.043

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber -- Continuação

b) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	(4.950)	(841)
Reversão (constituição) de provisão no exercício (Nota 20)	3.341	(4.109)
Saldo final	<u>(1.609)</u>	<u>(4.950)</u>

6. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ICMS	-	243
COFINS	786	977
PIS	225	268
IRPJ/CSLL	2.622	4.396
INSS	8.518	7.502
ISS	3.947	4.487
Outros	589	356
	<u>16.687</u>	<u>18.229</u>

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social a compensar (pagar)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda e contribuição social	(3.344)	-
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	3.344	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo		
Imposto de renda:		
Prejuízos fiscais	2.881	3.991
Provisões e outras	6.084	11.082
	<u>8.965</u>	<u>15.073</u>
Contribuição social:		
Base negativa	1.037	1.437
Provisões e outras	2.191	3.989
	<u>3.228</u>	<u>5.426</u>
Total do ativo não circulante	<u>12.193</u>	<u>20.499</u>

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos--Continuação

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo		
Imposto de renda:		
Custo atribuído e outros	5.832	5.942
Lei 11.638/2007 e outros	7.144	6.551
	12.976	12.493
Contribuição social:		
Custo atribuído a ativos	2.099	2.139
Lei 11.638/2007 e outros	2.572	2.359
	4.671	4.498
Total do passivo não circulante	17.647	16.991
Total líquido	(5.454)	3.508
Saldo ativo não circulante, líquido	-	3.508
Saldo passivo não circulante, líquido	(5.455)	-

c) Tributos sobre o resultado do exercício

	31/12/2018	31/12/2017
Corrente:		
Imposto de renda	(2.411)	-
Contribuição social	(933)	-
	(3.344)	-
Diferido		
Imposto de renda	(7.854)	6.753
Contribuição social	(2.827)	2.431
	(10.681)	9.184
	(14.025)	9.184
Imposto de renda	(10.265)	6.753
Contribuição social	(3.760)	2.431
	(14.025)	9.184

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	48.693	(28.234)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(16.556)	9.600
Efeito da dedução de PAT	62	-
Incentivos tecnológicos	2.548	(484)
Adições e exclusões permanentes	(196)	(78)
Destinações – Lei Rouanett	93	-
Outros	24	147
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(14.025)	9.185
Alíquota efetiva	29%	33%

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

a) Movimentação do custo

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2018
Edifícios e benfeitorias	104.694	-	(352)	1.771	106.113
Equipamentos de terminais	11.806	-	(410)	(182)	11.214
Equipamentos de energia e climatização	20.784	-	(348)	1.768	22.204
Máquinas e equipamentos	3.252	-	(572)	649	3.329
Veículos	183	-	-	-	183
Móveis e utensílios	28.681	-	(1.402)	(2.581)	24.698
Equipamentos de proc. dados e outros	47.751	-	(7.980)	21.757	61.528
Terrenos	11.001	-	-	-	11.001
Obras em andamento	8.059	21.745	-	(23.488)	6.316
	236.211	21.745	(11.064)	(306)	246.586

b) Movimentação da depreciação acumulada

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2018
Edifícios e benfeitorias	(29.498)	(1.664)	179	(55)	(31.038)
Equipamentos de terminais	(8.297)	(700)	350	407	(8.240)
Equipamentos de energia e climatização	(11.982)	(1.301)	16	432	(12.835)
Máquinas e equipamentos	(1.923)	(164)	572	(123)	(1.638)
Veículos	(133)	(9)	-	-	(142)
Móveis e utensílios	(18.828)	(1.281)	1.034	1.632	(17.443)
Equipamentos de proc. dados e outros	(32.671)	(6.369)	7.404	(2.207)	(33.843)
	(103.332)	(11.488)	9.555	86	(105.179)
Saldo	132.879	10.257	(1.509)	(220)	141.407

(*) O saldo de transferências refere-se à reclassificação de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

c) Saldos de custos de empréstimos capitalizados no ativo imobilizado:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia capitalizou custos de empréstimos em itens qualificáveis do ativo imobilizado no valor de R\$505 e R\$883 em 2017. Os referidos encargos foram capitalizados pela média das taxas contratadas, as quais estão divulgadas nas notas explicativas 10 e 11.

d) Bens dados em garantia:

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía os seguintes bens dados em garantia de processos judiciais e empréstimos e financiamentos:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios e benfeitorias	70.109	(20.954)	49.155	70.109	(19.933)	50.175
Equipamentos de energia e climatização	424	(163)	260	424	(141)	283
Equipamentos de processamento de dados	206	(87)	120	-	-	-
Terrenos	11.001	-	11.001	11.001	-	11.001
Veículos	62	(43)	18	127	(107)	20
	81.802	(21.247)	60.555	81.660	(20.180)	61.480

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

a) Movimentação do custo

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2018
Sistemas de informação	76.136	-	(7.571)	13.482	82.047
Intangível em andamento	4.083	13.041	-	(13.176)	3.948
	80.219	13.041	(7.571)	306	85.995

b) Movimentação da amortização acumulada

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2018
Sistemas de informação	(49.137)	(7.125)	2.127	(86)	(54.221)
Saldo	31.082	5.916	(5.444)	220	31.774

(*) O saldo de transferência refere-se à reclassificação de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

10. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos:		
Empréstimos em moeda nacional	3.857	7.165
Arrendamento mercantil	4.226	5.906
	8.083	13.071
Passivo circulante	5.393	5.259
Passivo não circulante	2.690	7.812

Os contratos de financiamentos da Companhia estão indexados de acordo com o quadro a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
CDI	3.857	7.165
Pré-fixado	4.226	5.906
	8.083	13.071

As taxas anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos são demonstradas a seguir:

Juros	Instituição Financeira	31/12/2018	31/12/2017
De 0,0% a 4,0%	CPFL Leasing	4.226	5.906
De 8,01% a 10,0%	IBM	3.857	7.165
Total		8.083	13.071

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos -- Continuação

A totalidade do saldo de circulante de empréstimos e financiamentos refere-se à maturação corrente dos contratos de longo prazo. Os empréstimos de longo prazo apresentam a seguinte maturidade:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2019	-	5.122
2020	1.405	1.405
2021	1.285	1.285
	2.690	7.812

11. Debêntures

Debêntures	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Moeda nacional:		
Principal	57.136	68.568
Juros	764	1.011
	57.900	69.579

	<u>31/12/2018</u>			<u>31/12/2017</u>		
	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo de debêntures	12.196	45.704	57.900	12.443	57.136	69.579
Valor líquido	12.196	45.704	57.900	12.443	57.136	69.579

As debêntures apresentam a seguinte maturidade:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	-	12.443
2019	12.196	11.432
2020	11.432	11.432
2021	11.424	11.424
2022	11.424	11.424
Após 2022	11.424	11.424
	57.900	69.579

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures -- Continuação

Os contratos de debêntures da Companhia estabelecem índices financeiros máximos de endividamento e índices mínimos para cobertura de dívida, os quais devem ser mantidos durante toda a vigência do respectivo contrato. Conforme cláusulas contratuais, os índices previstos são exigidos em bases consolidadas da garantidora Algar Telecom S/A.

Em 31 de dezembro de 2018 todos os índices foram cumpridos, conforme quadro abaixo:

Garantidora – Algar Telecom	
Índices	31/12/2018
Dívida Líquida(**)/EBITDA (*) - realizado	= 1,74
Índice contratado	≤ 2,25
EBITDA /despesa financeira líquida - realizado	= 7,03
Índice contratado	≥ 2,00

(*) Saldo da rubrica lucro bruto, deduzido das despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas/receitas operacionais líquidas, somado ao saldo das rubricas "Depreciação" e "Amortização" (incluindo amortização de ágio, líquida de deságio).

(**) Dívida do passivo circulante composta por empréstimos e financiamentos, debêntures, dívida onerosa com fornecedores e mútuo, líquida das disponibilidades e mútuo ativo de curto prazo.

12. Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2018	31/12/2017
PIS	441	505
IRRF e CSRF	1.414	1.777
COFINS	898	1.191
ICMS	161	101
ISS	1.035	932
INSS	1.147	1.240
	5.096	5.746

13. Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores faturados	19.111	19.157
Fornecedores a faturar	2.726	2.724
	21.837	21.881

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Salários, provisões e encargos sociais

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e ordenados	10.032	10.742
Encargos sociais sobre salários e ordenados	4.340	4.479
Férias e encargos	16.862	17.003
Gratificações	4.306	9.591
Outras obrigações trabalhistas	594	888
	36.134	42.703
Passivo circulante	35.557	41.369
Passivo não circulante (gratificações)	577	1.334

15. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia avalia periodicamente seus riscos de contingências, com base em critérios jurídicos, econômicos e contábeis. Estes riscos são classificados com base na expectativa de perda provável, possível ou remota, conforme o grau de exigibilidade da contingência, levando-se em consideração as análises de seus assessores jurídicos. Por determinação legal ou por cautela são efetuados depósitos judiciais, os quais podem estar vinculados aos processos provisionados ou não provisionados.

a) Processos judiciais e administrativos provisionados

	Trabalhistas	Tributários	Cíveis e outros	Total
Provisões em 31/12/2017	26.074	131	343	26.548
Depósitos judiciais	(8.404)	-	-	(8.404)
Provisões líquidas	17.670	131	343	18.144
Provisões em 31/12/2017	26.074	131	343	26.548
Adições (i)	6.525	148	71	6.744
Atualização monetária	2.471	-	6	2.477
Baixas / reversões (ii)	(25.245)	(74)	(390)	(25.709)
Provisões em 31/12/2018	9.825	205	30	10.060
Depósitos judiciais	(7.641)	-	-	(7.641)
Provisões líquidas em 31/12/2018	2.184	205	30	2.419

- (i) Aumento de provisões no exercício decorrente de novos processos e por alteração de grau de risco de certas demandas caracterizando-as como de risco provável.
- ii) Baixas e reversões por prescrição, baixas por alteração de grau de risco e por pagamentos de certas demandas judiciais. Em 2018, com base na decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou como licita a terceirização da atividade fim e meio, a Companhia realizou a baixa das provisões relacionadas aos processos que envolviam o tema de terceirização de atividade fim uma vez que a decisão do Supremo Tribunal Federal é de repercussão geral.

Os processos judiciais e administrativos provisionados têm como principais objetos:

Cíveis – A Companhia apresenta como principais pedidos na esfera cível indenizações de dano moral e material por acidente de trabalho, acidente de trânsito, locação de equipamentos e discussões de eventuais dívidas com ex prestadores de serviços. (Valor da provisão R\$ 30)

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisões e depósitos judiciais--Continuação

Trabalhistas – A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista, cujas discussões envolvem estabilidade, vínculo de emprego, equiparação salarial, reversões de demissões por justa causa e indenizações por LER/DORT. Há ainda autuações cujas defesas administrativas foram apresentadas perante o Ministério do Trabalho e Emprego, aguardando instrução probatória e decisão fundamentada. (Valor da provisão R\$ 9.825)

Tributárias - A Companhia possui outras ações tributárias envolvendo tributos diversos com risco provável (Valor da provisão: R\$205).

b) Processos judiciais e administrativos não provisionados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ISS	75.795	39.101
Tributos federais	11.653	3.493
INSS FAP	7.413	7.210
Trabalhistas	21.117	19.299
Outros	5	2
	<u>115.983</u>	<u>69.105</u>

Trabalhista – As ações trabalhistas que envolvem discussões relacionadas a dano moral e material, jornada de trabalho, vale transporte, benefícios e honorários advocatícios são classificados como possíveis. (Valor envolvido: R\$21.117).

Tributárias – A Companhia questiona a legitimidade de alguns municípios para cobrança de ISS em decorrência da prestação de serviços. (Valor envolvido: R\$ 75.795).

A Companhia impetrou mandado de segurança em desfavor da Receita Federal do Brasil em Uberlândia para discutir a inconstitucionalidade e ilegalidade das normas que instituíram o fator acidentário de prevenção (“FAP”), aplicável às alíquotas da contribuição ao seguro de acidente do trabalho. Sentença de primeira instância favorável, classificada como possível. Envolve áreas previdenciária e tributária. (Valor envolvido: R\$ 7.413).

Outras ações tributárias envolvendo tributos diversos com risco possível (Valor envolvido: R\$ 11.658).

c) Depósitos judiciais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos judiciais sem provisões:		
Tributário	8.306	7.548
Trabalhista	5.704	5.024
Cível	21	20
	<u>14.031</u>	<u>12.592</u>
Depósitos judiciais com provisões:		
Tributário	-	-
Trabalhista	7.641	8.404
Cível	-	-
	<u>7.641</u>	<u>8.404</u>
Total	<u>21.672</u>	<u>20.996</u>

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia teve um aumento de R\$ 35.000, sem emissão de ações, mediante capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, conforme ata das assembleias gerais ordinária e extraordinária de 18 de abril de 2018.

b) Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, observando o limite máximo de 20% do capital social. O montante de reserva legal é de R\$3.259 (R\$1.526 em 31/12/2017).

c) Reserva de retenção de lucros

O saldo remanescente dos lucros acumulados foi reclassificado para reserva de lucros, em rubrica própria denominada "Reserva de retenção de lucros" e será aplicado na modernização e expansão dos negócios da Companhia, por proposta da Administração, com base em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Dividendos

Os dividendos propostos pela Companhia são demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2018</u>
Resultado líquido do exercício	34.669
Reserva legal - 5%	<u>(1.733)</u>
Resultado base para distribuição de dividendos	32.936
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	8.234
Dividendo por Ação ON (em R\$)	<u>687,41</u>
Dividendos adicionais propostos	3.294
Dividendo por Ação ON (em R\$) – adicionais	274,96
Total dos dividendos propostos:	
Dividendos mínimos obrigatórios	8.234
Dividendos adicionais	<u>3.294</u>
	11.528
Quantidade de Ações:	
ON	11.978
Valor unitário dos dividendos:	
Valor unitário ações ON (em R\$)	962,37
Composição do saldo de dividendos a pagar:	
Dividendos mínimos obrigatórios no exercício	8.234

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

e) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia possui saldo de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, com a sua controladora Algar TI no montante de R\$44.000 conforme contrato celebrado em 28/03/2018. O contrato possui cláusula de irrevogabilidade e irretratabilidade, prevendo a quantidade de ações correspondente ao recurso envolvido, cuja capitalização se espera ocorrer na próxima assembleia geral de acionistas.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Na adoção inicial dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC , a Companhia optou pela atribuição de custo a determinados ativos imobilizados, conforme permitido pela nova norma contábil. Dessa forma, foram atribuídos custos a certos imóveis, incluindo terrenos e edificações, de modo a refletir, contabilmente, os seus respectivos valores justos na data de adoção dos novos pronunciamentos, cujo efeito apurado foi contabilizado no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial. A definição dos custos atribuídos aos terrenos e edificações foram apurados com base em avaliação patrimonial efetuada por empresa especializada na avaliação de imóveis, mediante a emissão de laudo técnico direcionado à devida finalidade.

O saldo do custo atribuído, representado pela rubrica contábil “Ajuste de avaliação patrimonial” era de R\$ 14.184 em 31/12/2018 (R\$ 14.709 em 31/12/2017).

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas

A controladora direta da Companhia é a Algar TI, cuja controladora final é a Algar S.A. Empreendimentos e Participações (“Algar S.A.”). Abaixo estão demonstrados os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como os efeitos das transações entre partes relacionadas no resultado desses exercícios.

	31/12/2018								
	Algar S.A.	Algar Telecom	Algar Celular	Algar Multimídia	Algar TI	Engeset	Algar Segurança	Outros	Total
Ativo circulante									
Contas a receber (a)	61	3.446	-	25	-	-	-	12	3.544
Títulos a receber (b)	-	-	-	-	98	49	-	-	147
Total do ativo circulante	61	3.446	-	25	98	49	-	12	3.691
Ativo não circulante									
Títulos a receber (b)	-	-	-	-	-	-	-	518	518
Passivo circulante									
Fornecedores (d)	-	-	-	189	-	-	175	-	364
Títulos a pagar (c)	785	-	-	-	1.263	18	-	-	2.066
Dividendos a pagar (f)	-	-	-	-	8.234	-	-	-	8.234
Total passivo circulante	785	-	-	189	9.497	18	175	-	10.664

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas--Continuação

	31/12/2017								
	Algar S.A.	Algar Telecom	Algar Celular	Algar Multimídia	Algar TI	Engeset	Algar Segurança	Outros	Total
Ativo circulante									
Contas a receber (a)	156	2.034	1.279	160	-	-	6	21	3.656
Títulos a receber (b)	-	-	-	-	10.561	7.484	-	-	18.045
Total do ativo circulante	156	2.034	1.279	160	10.561	7.484	6	39	21.719
Ativo não circulante									
Títulos a receber (b)	-	-	-	-	632	-	-	656	1.288
	-	-	-	-	632	-	-	656	1.288
Passivo circulante									
Fornecedores (d)	-	-	27	47	-	-	212	117	403
Títulos a pagar (c)	1.446	-	-	-	783	352	-	-	2.581
Dividendos a pagar (f)	-	-	-	-	835	-	-	-	835
Total passivo circulante	1.446	-	27	47	1.618	352	212	117	3.819
Passivo não circulante									
Títulos a pagar (e)	-	-	-	-	14.380	2.031	-	-	16.411
Total do passivo não circulante	-	-	-	-	14.380	2.031	-	-	16.411

	31/12/2018				31/12/2017			
	Receita operacional bruta (g)	Custos dos serviços prestados (h)	Despesas com vendas (h)	Despesas gerais e administrativas (h)	Receita operacional bruta (g)	Custos dos serviços prestados (h)	Despesas com vendas (h)	Despesas gerais e administrativas (h)
Algar S/A	765	-	-	-	949	-	-	-
Space Empreendimentos	-	(1.145)	-	-	-	(1.835)	-	-
Algar Telecom	31.473	(2.356)	(8)	-	21.781	(2.547)	(9)	(12)
Algar Celular	3.276	-	(13)	(12)	12.599	(101)	(5)	(7)
Algar Multimídia	856	(1.262)	-	(19)	2.436	(1.208)	(1)	(7)
Algar Segurança	-	(2.340)	-	-	36	(2.358)	-	-
Outros	102	(48)	-	(2)	-	(473)	-	(2)
Total	36.472	(7.151)	(21)	(33)	37.801	(8.522)	(15)	(28)

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas--Continuação

Os saldos e valores decorrentes das transações entre as partes relacionadas são descritos como segue:

- (a) Contas a receber pela prestação de serviços relacionados às atividades operacionais da Companhia;
- (b) Títulos a receber provenientes de compartilhamento de despesas das operações das empresas do grupo;
- (c) Títulos a pagar provenientes de operações das empresas do Grupo por conta de repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar decorrentes de negociação corporativa com o compartilhamento de soluções de infraestruturas utilizadas nas atividades operacionais;
- (d) Obrigações pelo fornecimento de bens e serviços decorrentes das operações das empresas do Grupo Algar;
- (e) Operações de mútuo com partes relacionadas com prazos entre um e dois anos, remunerados por CDI mais taxa de 1,4% a.a. a 3,15% a.a.;
- (f) Saldos de dividendos a pagar à controladora;
- (g) Receita da prestação de serviços conforme objeto social explorado pelas empresas;
- (h) Custos e despesas com serviços de telecomunicações; serviço de monitoramento eletrônico comercial, recepção, portaria, manobrista, guarda de documentos, serviços de vigilância e segurança armada; serviço de administração e armazenagem de estoque, manutenção de redes, instalação de terminais, gestão de almoxarifado e manutenção de terminais públicos; Serviço de telemarketing, administração de *call center*, locação de pontos de atendimento, cobrança e *back office*.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas--Continuação

Avais e fianças

A Companhia e suas controladoras Algar S.A e Algar Telecom são garantidoras de dívidas contraídas junto a certas instituições financeiras, a saber:

31/12/2018				
Empresa	Garantidor	Instituição financeira	Saldo devedor	Total por empresa
Algar Tecnologia	Algar Telecom	Bradesco	57.900	
		IBM	3.857	61.757
				<u>61.757</u>

Remuneração dos administradores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle dos negócios da Companhia, que incluem os diretores estatutários são computadas como custos e despesas do exercício, incluindo os benefícios e encargos sociais. Os Administradores da Companhia são os mesmos do Grupo Algar TI, e sua remuneração é compartilhada entre as empresas integrantes do grupo. Os valores consolidados, registrados na controladora Algar TI, e rateados entre as empresas do grupo através de compartilhamento de despesas, estão apresentados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e outros benefícios de curto prazo:		
<u>Diretoria executiva</u>		
Remuneração fixa	4.044	3.855
Remuneração variável	3.568	1.900
Previdência privada	309	317
Saldo final	<u>7.921</u>	<u>6.072</u>

18. Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Gestão de relacionamento com cliente	403.468	386.791
Gestão de ambiente de tecnologia	67.921	71.945
Receita operacional bruta	471.389	458.736
Deduções das vendas	(45.060)	(41.808)
Receita operacional líquida	<u>426.329</u>	<u>416.928</u>

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(249.901)	(267.149)
Materiais	(1.972)	(2.058)
Serviços de terceiros	(50.569)	(56.076)
Depreciação e amortização	(17.174)	(14.630)
Outros	(16.686)	(13.684)
	(336.302)	(353.597)

20. Despesas com vendas

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(13.059)	(13.519)
Serviços de terceiros	(11.017)	(4.333)
Depreciação e amortização	(56)	(76)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa (nota 5)	3.341	(4.109)
Gastos mercadológicos	(2.631)	(1.319)
Outros	(3.594)	(258)
	(27.016)	(23.614)

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(12.430)	(15.815)
Depreciação e amortização	(1.330)	(2.401)
Serviços terceiros	(8.140)	(15.801)
Outros	(2.165)	4.539
	(24.065)	(29.478)

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2018	31/12/2017
Constituição de provisões para riscos	(6.744)	(34.508)
Reversão de provisões para riscos	17.488	7.561
Outras receitas (despesas), líquidas	142	48
	10.886	(26.899)

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de aplicações financeiras	1.923	324
Variação monetária	4.483	1.552
Juros sobre impostos, taxas e contribuições	158	446
Reversão de atualização de provisões	1.590	-
Outras receitas financeiras	116	348
Total das receitas financeiras	8.270	2.670
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	(407)	(1.132)
Juros sobre debêntures	(5.171)	(8.808)
Variação monetária	(65)	(341)
Descontos concedidos	(126)	(998)
Encargos sobre contingências, impostos e taxas	(2.503)	(136)
Taxa e tarifas bancárias	(251)	(356)
Outras despesas financeiras	(885)	(2.483)
Total das despesas financeiras	(9.408)	(14.254)
Despesas financeiras, líquidas	(1.138)	(11.584)

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia tem exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro para a Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis em títulos de investimento.

Os ativos da Companhia, avaliados como sujeitos a risco de crédito, suscetível de eventual perda, é o contas a receber. Na avaliação da Companhia, não há outros ativos relevantes sujeitos a risco de crédito.

Contas a receber de clientes

O risco de crédito relativo às prestações de serviços da Companhia, bem como o risco de concentração da receita em poucos clientes são minimizados através de uma criteriosa análise de crédito. Essa análise é definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência de clientes, bem como na distribuição dos contratos de clientes em diversos tipos de operação.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Risco de crédito--continuação

Políticas semelhantes são utilizadas para análise de crédito abrangendo as demais controladas, sendo definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência.

Em razão das naturezas dos negócios, há concentração de receita em reduzido número de clientes.

	Concentração da receita		
	Nº de clientes	31/12/2018	31/12/2017
Algar Tecnologia	7	77,8%	78,7%

b) Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações com passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, quando possível, o planejamento para atender a essas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/12/2018			
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	3.857	3.954	3.954	-
Debêntures	57.900	70.365	30.806	39.559
Passivo de arrendamento financeiro	4.226	4.226	2.942	1.284
Total	65.983	78.545	37.702	40.843

	31/12/2017				
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	7.165	7.692	7.692		
Debêntures	69.579	88.249	33.201	42.687	12.361
Passivo de arrendamento financeiro	5.906	5.906	3.217	2.689	-
Total	82.650	101.847	44.110	45.376	12.361

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de câmbio, de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

A Companhia pode contratar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, a fim de gerenciar e diminuir os riscos de exposição às possíveis flutuações nas taxas de câmbio. Caso aplicável, são registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda, bem como manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos, insumos, e a contratação de instrumentos financeiros.

A Companhia não possui exposição a variações de moeda estrangeira, relativamente a empréstimos e financiamentos, no período corrente bem como no período comparativo reportado nas presentes demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade - taxas de juros - Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de aplicações financeiras

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos, financiamentos e debêntures) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2018, averiguando-se o impacto nas despesas financeiras, líquido dos rendimentos das aplicações financeiras para o caso da variável de risco CDI, no período de 1 ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros apuradas na data acima e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

<u>Variável de risco</u>		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
CDI (%)		6,40%	8,00%	9,60%
<u>Variável de risco</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
CDI	Aumento do CDI	1.522	1.903	2.284
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário			381	761

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

d) Risco de operacional

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela auditoria interna, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

e) Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros.

Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

f) Valores estimados de mercado

Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas demonstrações financeiras.

Títulos a receber de partes relacionadas - são apresentados pelos seus valores originais, atualizados monetariamente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.

Fornecedores - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

f) Valores estimados de mercado--Continuação

Empréstimos, financiamentos e debêntures (em moeda nacional e estrangeira) - são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

Instrumentos financeiros derivativos - são mensurados pelos seus valores justos, com contrapartida no resultado.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no exercício.

Para determinação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme abaixo, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI no final do período de relatório, e considera o cálculo como nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo descrita abaixo.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

	Classificação	31/12/2018	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e bancos	(a)	5.814	5.814
Aplicações financeiras	(a)	43.865	43.865
Contas a receber	(b)	45.812	45.812
Títulos a receber	(b)	147	147
		<u>95.638</u>	<u>95.638</u>
Passivo			
Fornecedores	(b)	21.837	21.837
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	(b)	8.083	7.376
Debêntures	(b)	57.900	57.900
Adiantamentos de clientes	(b)	1.149	1.149
Títulos a pagar	(b)	2.066	2.067
		<u>91.035</u>	<u>91.035</u>

(a) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;

(b) Custo amortizado.

g) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos—Continuação

h) Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação são apresentados conforme tabela abaixo.

Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ativos	31/12/2018			31/12/2017		
	Caixa e bancos	Aplicações financeiras	Total	Caixa e bancos	Aplicações financeiras	Total
Nível 1	5.814	-	5.814	5.636	-	5.636
Nível 2	-	43.865	43.865	-	6.855	6.855
Total	5.814	43.865	49.679	5.636	6.855	12.491

25. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 156.593 (R\$136.991 em 2017) para danos materiais e R\$ 378.463 (R\$334.628 em 2017) para lucros cessantes. A cobertura para riscos com responsabilidade civil está suportada por seguro contratado pela controladora direta Algar TI Consultoria S.A. no valor de R\$ 18.000.

26. Eventos subsequentes

Emissão de debêntures

Em 18 de abril de 2019, a Companhia realizou a sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R\$85.000. Os gastos com a emissão foram de R\$513.

O prazo para pagamento é de 5 anos, com vencimento em 18 de abril de 2024 e remuneração de CDI+1,7% a.a. O contrato contém cláusulas de *covenants* que preveem o atingimento de índice da dívida líquida sobre o EBITDA inferior a 3,0. Os recursos obtidos por meio da emissão serão utilizados para gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Eventos subsequentes--Continuação

Aumento de capital e distribuição de dividendos

Em 26 de abril de 2019 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor R\$ 11.527 sendo R\$ 8.234 de dividendos obrigatórios, e R\$ 3.293 de dividendos adicionais. Foi aprovada ainda a distribuição de reserva de lucros no valor de R\$ 18.604. Na mesma data também foi aprovado o aumento do capital social passando de R\$ 66.225 para R\$ 110.225, ou seja, um aumento de R\$ 44.000, sem emissão de ações, mediante capitalização de saldo de AFAC.

Diretoria Estatutária:

Diretora Presidente – Tatiane de Souza Lemes Panato
Diretor Vice-Presidente – Silvio Roberto Direito Passos
Diretor de Marketing e Vendas – Marcelo Rodriguez Ferreira
Diretor Administrativo Financeiro – Carlos Henrique Vilarinho

Sandra Maria de Lima
CRC-MG 071.228/O-3